



# 11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,  
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

---

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

## O perfil dos(as) estudantes com filhos assistidos (as) pela política de assistência estudantil no ensino superior

Érica Aparecida dos Santos Francisco<sup>1</sup>

João Estevão Barbosa Neto<sup>2</sup>

Mei Nakazawa<sup>3</sup>

Renan Alves Menezes<sup>4</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o perfil dos(as) estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) atendidos(as) pela assistência estudantil, que possuem filhos com base em dados de 2025. A investigação busca identificar desafios de acesso e permanência no ensino superior, contribuindo para o aprimoramento das políticas institucionais. Os resultados evidenciam um grupo marcado por diversidade em raça/cor, gênero, origem territorial, condição de Pessoa com Deficiência (PCD) e situação socioeconômica, revelando múltiplas desigualdades sociais. Nesse contexto, destaca-se a relevância da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na promoção da permanência e do êxito acadêmico.

**Palavras-chave:** política de assistência estudantil; ensino superior; perfil dos(as) estudantes com filhos.

## The profile of students with children supported by student assistance policy in higher education

**Abstract:** The article analyzes the profile of students at the Federal University of Minas Gerais (UFMG) assisted by student support services, who have children, based on data from 2025. The investigation seeks to identify challenges of access and permanence in higher education, contributing to the improvement of institutional policies. The results highlight a group marked by diversity in race/color, gender, territorial origin, disability status, and socioeconomic situation, revealing multiple social inequalities. In this context, the relevance of the National Student Assistance Policy (PNAES) in promoting permanence and academic achievement is emphasized.

**Keywords:** student assistance policy; higher education; student parents; profile of students with children.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social pela UFJF. Assistente Social na Diretoria de Políticas de Assistência estudantil da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (PRAE/UFMG). Email: ericafrancisco@ufmg.br

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Contábeis pela FEA/USP. Professor no Departamento de Ciências Contábeis da (UFMG) e Diretor de Políticas de Assistências Estudantil da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (PRAE/UFMG). Email: joaoestevaobn@face.ufmg.br

<sup>3</sup> Discente do curso de Relações Econômicas Internacionais na UFMG. Estagiária na Diretoria de Políticas de Assistência estudantil da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (PRAE/UFMG). Email: meinak.ufmg@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista em políticas públicas pela FAFICH UFMG. Assistente Social na Diretoria de Políticas de Assistência estudantil da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (PRAE/UFMG). Discente do curso de geografia no instituto de geociências da UFMG. Email: renanmenezes@ufmg.br

## 1. Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise detalhada do perfil dos(as) estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - assistidos (as) pela política de assistência estudantil - que possuem filhos. A partir dessa análise, buscaremos identificar os desafios para o acesso e a permanência no ensino superior, com intuito de subsidiar e aprimorar as ações da política de assistência estudantil. Desse modo, a análise busca apreender tendências, padrões e desigualdades presentes no perfil desses estudantes.

Parte-se do entendimento de que as condições de vida e permanência dos(as) estudantes com filhos expressam determinações estruturais da desigualdade social, atravessadas por classe, raça, gênero e território, não podendo ser interpretadas de forma individualizante ou moralizante. Assim, a leitura dos dados orienta-se pela perspectiva da Política Nacional de Assistência Estudantil –PNAES (Lei nº 14.914 de 03 de julho de 2024), que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, por meio de ações que envolvem moradia, alimentação, transporte, saúde, creche e apoio pedagógico. Consideram-se também nesta análise as determinações concretas do neoliberalismo, como o ajuste fiscal no financiamento das políticas sociais que vem passando por severos cortes.

Do ponto de vista metodológico, utilizamos a pesquisa quantitativa e descritiva, com apoio na revisão bibliográfica. A planilha analisada compreende 371 estudantes com filhos, vinculados(as) à Política de Assistência Estudantil da UFMG em 2025, contemplando variáveis como: a) Formas de Ingresso; b) Cursos acessados; c) Pertencimento Étnico-Racial; d) Identidade de gênero; e) Pessoas com deficiência (PCDs); f) Condição socioeconômica; g) Filhos por Estudante; h) Origem territorial do núcleo familiar e i) Auxílios financeiros acessados. Esse conjunto de informações nos permite compreender o perfil do(a) discente e identificar as demandas específicas relacionadas à permanência universitária desse grupo.

## 2. Desenvolvimento

O programa de acesso ao ensino superior federal instituído pela Lei nº 12.711/2012, amplamente conhecida como Lei de Cotas, configurou-se como um importante instrumento de democratização do ingresso nas universidades públicas

brasileiras. Essa lei possibilitou a diversificação do perfil discente, sobretudo ao ampliar o acesso de estudantes oriundos da classe trabalhadora ao ensino superior, contribuindo para a redução de desigualdades historicamente estruturadas no campo educacional.

**a) Formas de ingresso**

A análise das formas de ingresso dos(as) estudantes com filhos na UFMG evidencia elementos centrais para a compreensão das desigualdades no acesso e, sobretudo, na permanência no ensino superior. Observa-se que a ampla concorrência concentra 51,2% dos ingressos; contudo, esse dado não deve ser interpretado de forma isolada, uma vez que parte significativa desses estudantes também se encontra em situação de agravamento socioeconômico, revelando limites das classificações formais de acesso.

Os dados também revelam que uma parcela significativa dos (as) estudantes (48,2%) com filhos ingressa na universidade por meio de políticas de democratização do acesso, como a Lei de Cotas, sendo majoritariamente oriunda de contextos de situação de pobreza. Tal configuração reforça que o ingresso desses sujeitos no ensino superior é resultado de avanços nas políticas públicas de inclusão, mas também evidencia que o acesso, por si só, não garante condições efetivas de permanência.

Nesse sentido, a análise da forma de ingresso aponta para a necessidade de compreender o perfil desses estudantes para além da porta de entrada da universidade, evidenciando que a permanência acadêmica está diretamente condicionada à existência e ao fortalecimento de políticas de assistência estudantil. Sem esse suporte, as trajetórias desses discentes permanecem fortemente ameaçadas pelas desigualdades estruturais que atravessam suas condições de vida.

**b) Cursos acessados**

A distribuição dos(as) estudantes com filhos por curso evidencia uma concentração significativa em determinadas áreas de formação, revelando aspectos importantes acerca do perfil acadêmico e social desse público. Destaca-se, inicialmente, o curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI), que apresenta o maior contingente, com 91 estudantes, seguido pela Segunda Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, com 27 estudantes, e pela Licenciatura em Educação do Campo (LECampo), com 26 registros.

Esses dados indicam a expressiva presença de estudantes vinculados a contextos indígenas e do campo, o que reforça a importância de políticas que reconheçam e apoiem os povos originários. Além da necessidade de compreender como as especificidades culturais e sociais desses grupos impactam sua permanência na universidade.

Estudos reunidos no livro *Demografia dos povos indígenas no Brasil* (Pagliaro; Azevedo; Santos, 2005) confirmam que as populações indígenas apresentam taxas de natalidade superiores à média nacional, além de enfrentarem os impactos da insuficiência de políticas públicas voltadas para saúde e planejamento familiar. Tal fato pode ser verificado no censo divulgado pelo IBGE em 2022

[...] entre os três grupos de cor ou raça analisados nesta divulgação, a maior taxa de fecundidade total (TFT) foi a das mulheres pardas (1,68 filho por mulher) e a menor, a das mulheres brancas (1,35). A TFT das mulheres pretas foi 1,59. Considerando-se os cinco grupos de cor ou raça, a TFT mais alta foi das mulheres indígenas (2,84) e a menor, das amarelas (1,22) (Recurso on-line).

Nesse sentido, o acesso às informações e serviços de saúde reprodutiva permanece desigual, impactando na vida acadêmica. É necessário ampliar o alcance da Política de Assistência Estudantil juntamente com outras políticas sociais, garantindo não apenas o acesso, mas também condições reais de permanência para estudantes indígenas e quilombolas com filhos.

Na sequência, verifica-se cursos com participação intermediária, como Letras, com 21 estudantes, Direito, com 14, e Pedagogia, com 11. Outros cursos apresentam quantitativos menores, mas ainda relevantes para a composição do perfil analisado, tais como Biblioteconomia (9 estudantes), Odontologia, Farmácia, Terapia Ocupacional, Música e Geografia, todos com 7 estudantes cada. Além disso, os cursos de Letras Libras e Enfermagem registram 6 estudantes cada, enquanto Engenharia Civil, Gestão Pública, Educação Física, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis apresentam 5 estudantes por curso.

Por fim, destaca-se um conjunto expressivo de cursos com menor representatividade individual, agrupados na categoria “outros”, que, embora contem com menos de cinco estudantes cada, totalizam 105 casos. Esse dado evidencia a diversidade de inserção acadêmica dos estudantes com filhos, distribuídos em múltiplas áreas do conhecimento.

De modo geral, a análise da distribuição por cursos revela, por um lado, a forte concentração em programas voltados a populações específicas, como indígenas e comunidades do campo, e, por outro, a presença pulverizada em diversas áreas, o que reforça o caráter heterogêneo desse público. Essa configuração demanda políticas institucionais que considerem tanto as especificidades culturais quanto a diversidade de trajetórias acadêmicas desses estudantes.

### ***c) Pertencimento Étnico-Racial***

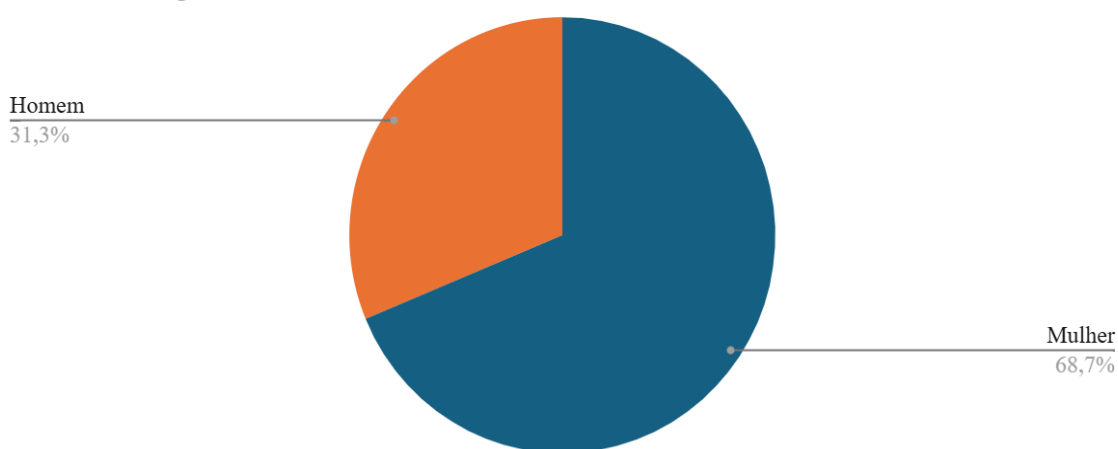
Os dados sobre o pertencimento étnico racial evidenciam a predominância de estudantes negros (pretos e pardos), além de presença significativa de estudantes indígenas. Tal informação, articulada à baixa renda, explicita a interseção entre desigualdades raciais e econômicas no acesso e permanência no ensino superior.

A distribuição étnico-racial dos estudantes com filhos na UFMG mostra que 34,5% se autodeclaram indígenas, 29,4% pardos e 18,9% pretos, evidenciando que a maioria pertence a grupos historicamente marginalizados. Esse perfil indica que a maternidade e a paternidade no contexto universitário estão associadas a populações que enfrentam maiores barreiras de acesso a políticas públicas e serviços básicos, como saúde e planejamento familiar.

### ***d) Identidade de gênero***

Gráfico 1: Percentual de estudantes com filhos por gênero

**Identidade de gênero de estudantes com filhos**



Fonte: Fundação Universitária Mendes Pimentel, 2025. Elaboração própria.

No que se refere ao gênero, observa-se a expressiva presença de mulheres entre os estudantes com filhos, o que dialoga diretamente com as análises críticas sobre a divisão sexual do trabalho e a responsabilização feminina pelo cuidado. Conforme discutido por Horst (2023), a responsabilização e a moralização das famílias recaem de forma mais intensa sobre as mulheres, reforçando sobrecargas materiais e simbólicas.

O gráfico evidencia que 68,7% dos(as) estudantes com filhos, vinculados à Política de Assistência Estudantil, são mulheres e apenas 31,3% são homens. Esse dado revela a desigualdade de gênero em que a responsabilidade pela maternidade e paternidade no contexto universitário recai de forma desproporcional sobre as mulheres, que assumem majoritariamente o cuidado e a afirmação da condição de ter filhos. A baixa proporção de homens indica tanto o abandono quanto a não assunção da paternidade.

A invisibilização do cuidado feminino (Azevedo, 2023) reforça a sobrecarga das estudantes, que precisam conciliar estudos, responsabilidades familiares e, muitas vezes, condições socioeconômicas adversas, enquanto os homens permanecem menos representados nesse universo. Nesse cenário, torna-se evidente a necessidade de políticas institucionais que reconheçam essa desigualdade e ofereçam suporte adequado para todos os gêneros, mas principalmente para estudantes mulheres com filhos a fim de alcançar a equidade na permanência desse grupo.

#### *e) Pessoas com deficiência*

A análise do percentual de estudantes com filhos na UFMG evidencia que a ampla maioria, 90,8%, não se identifica como pessoa com deficiência (PCD), enquanto 9,2% pertencem a esse grupo. Embora numericamente menores esses estudantes enfrentam um conjunto de dificuldades que se somam às responsabilidades familiares, já que além de cuidar de outras vidas, precisam lidar com barreiras próprias relacionadas à sua condição de PCD.

Nesse sentido, “(...) mulheres com deficiência enfrentam barreiras adicionais no exercício da maternidade, que se refletem em desigualdades no acesso a direitos reprodutivos e na permanência em espaços como a universidade” (Diniz; Barboza; Santos, 2009). Essa sobreposição de desafios torna sua permanência acadêmica ainda mais complexa, pois envolve não apenas a conciliação entre estudos e maternidade/paternidade, mas também o enfrentamento de limitações físicas, sociais e institucionais.

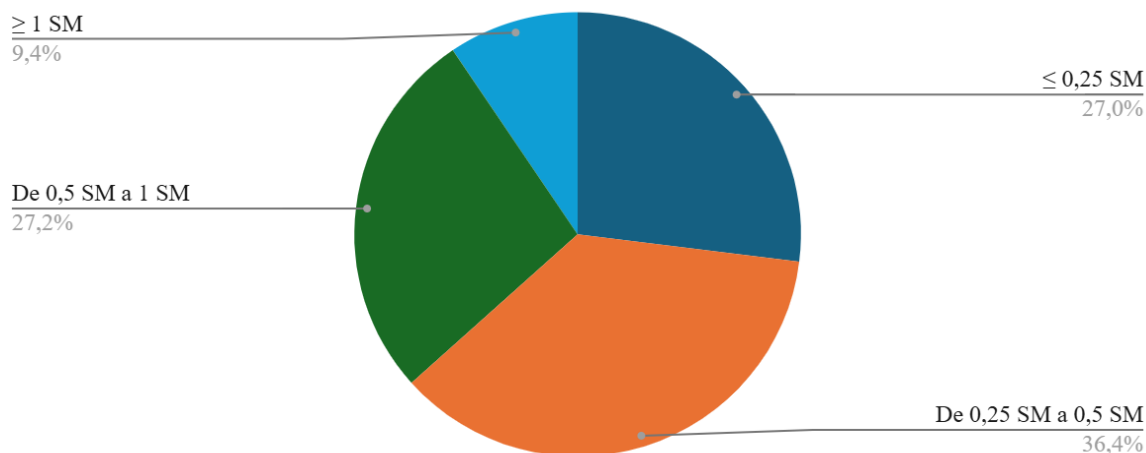
### f) *Condição socioeconômica*

A análise da renda per capita demonstra valores extremamente reduzidos, concentrando-se em faixas muito abaixo do salário mínimo. Esse dado revela um cenário de precariedade socioeconômica que incide diretamente sobre as condições de reprodução da vida dos estudantes e de seus filhos.

À luz da fundamentação teórica de Horst (2023), tais condições não podem ser compreendidas como falhas individuais ou familiares, mas como expressões da desigualdade social produzidas pelo modo de produção capitalista, que transfere às famílias — especialmente às mulheres — a responsabilidade pela proteção social, configurando uma responsabilização.

**Gráfico 2:** Percentual de estudantes com filhos por renda per capita

#### **Renda per capita de estudantes com filhos**



Fonte: Fundação Universitária Mendes Pimentel, 2025. Elaboração própria.

Ao considerar os estudantes com filhos analisados neste artigo, observa-se que a maior parte do grupo vive com menos de 1 salário mínimo per capita, evidenciando um cenário de desigualdade social, desafios da permanência acadêmica de um público que concilia a parentalidade com uma severa restrição orçamentária. Dentro desse universo, a precariedade é ainda mais acentuada para a maioria absoluta: 27% sobrevivem com menos de um quarto de salário mínimo e 36,4% situam-se entre um quarto e meio salário, totalizando 63,4% dos estudantes na linha da pobreza (IBGE, 2025). Essa concentração de mais da metade do público nas faixas de renda mais baixas demonstra que, além de cumprir eficientemente os critérios de focalização da política, a instituição enfrenta o

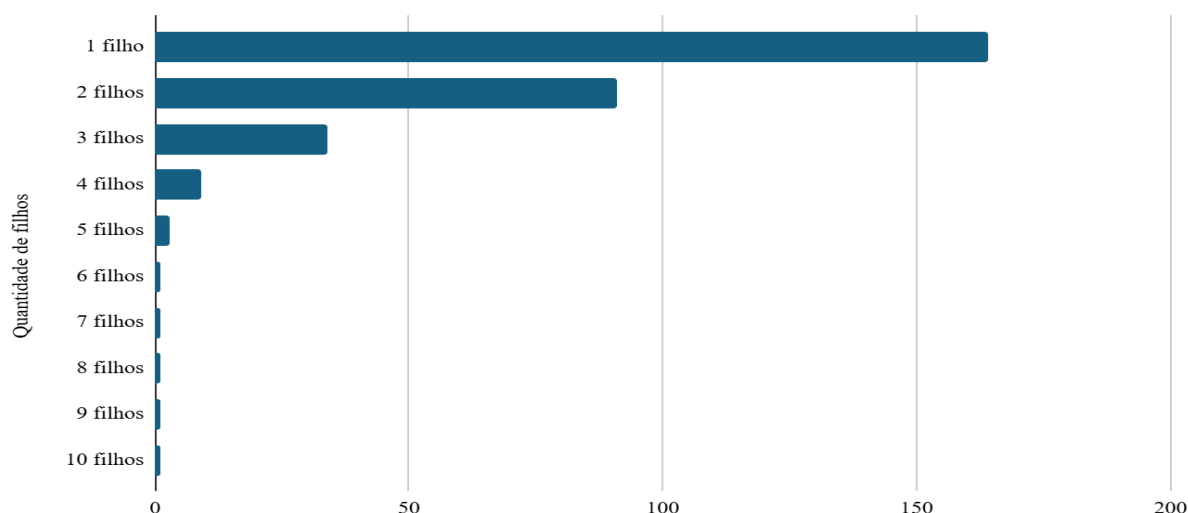
desafio crítico de garantir a viabilidade da trajetória universitária para mães e pais que operam no limite da subsistência.

**g) Filhos por estudantes**

No que tange à quantidade de filhos por estudante, entende-se que a leitura dos dados exige o rompimento com concepções moralizantes sobre cuidado e parentalidade, compreendendo as condições objetivas que limitam ou condicionam as possibilidades de organização da vida familiar.

**Gráfico 03:** Quantidade de filhos por estudante

**Filhos por estudante**



Fonte: Fundação Universitária Mendes Pimentel, 2025. Elaboração própria.

O gráfico revela que a vasta maioria dos(as) estudantes assistidos(as) pela política de Assistência Estudantil possui um único filho (aproximadamente 165 estudantes), seguida por aqueles com dois filhos (cerca de 90), o que indica que a demanda por políticas de apoio à parentalidade na UFMG é predominantemente concentrada em famílias de pequeno porte.

No entanto, a presença de estudantes com até 10 filhos, embora em escala reduzida, destaca situações de agudização da pobreza e complexidade familiar acentuada, exigindo que a assistência estudantil ofereça mecanismos de suporte escalonáveis que considerem o impacto direto do número de dependentes na viabilidade da trajetória acadêmica e na segurança financeira desses discentes.



Além disso, no que diz respeito à idade dos filhos dos estudantes, 46,0% são crianças (0 a 11 anos); 22,4% adolescentes (12 a 18 anos); 20,9% adultos (acima de 18 anos) e 10,8% não pertencem ao núcleo familiar. A variável referente à idade dos filhos revela a presença de crianças e adolescentes em diferentes faixas etárias, incluindo casos de múltiplos filhos. Tal aspecto implica demandas diferenciadas de cuidado, tempo e recursos financeiros, impactando diretamente a trajetória acadêmica dos(as) estudantes.

#### ***h) Origem territorial do núcleo familiar***

A variável origem revela estudantes provenientes tanto da Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto de outros municípios, estados e países, incluindo estudantes internacionais. Essa diversidade territorial implica desafios adicionais relacionados à moradia, redes de apoio e acesso a serviços públicos, agravando as demandas por políticas institucionais de suporte. A distância das redes familiares e comunitárias amplia a dependência em relação às políticas de assistência estudantil e demais políticas sociais, reafirmando a necessidade de respostas públicas e institucionais, em oposição à responsabilização privada das famílias.

A origem do núcleo familiar dos(as) estudantes com filhos na UFMG revela uma predominância significativa de Minas Gerais, com 334 estudantes, seguida pela Bahia, com 19, e São Paulo, com 4, do total de 371 estudantes. Essa concentração em Minas reflete tanto a proximidade geográfica quanto o papel da UFMG como principal polo de atração regional, enquanto a presença de estudantes de outros estados evidencia o caráter nacional da instituição. No desenvolvimento desse perfil, destaca-se ainda a participação de quatro estudantes internacionais, provenientes de países africanos e da América Central como Congo, Guiné-Bissau, Haiti e Gana, o que amplia a diversidade cultural e reforça a necessidade de políticas de assistência estudantil que considerem não apenas as especificidades locais, mas também os desafios enfrentados por estudantes vindos de outros estados e países.

#### ***i) Auxílios financeiros acessados***

Entre os 371 estudantes, 51,8% (192) recebem auxílios não específicos, 42,9% (159) não recebem nenhum tipo de auxílio e apenas 5,4% (21) têm acesso a auxílios específicos voltados para estudantes com filhos. Essa distribuição mostra que a minoria dos(as) estudantes com filhos é contemplada por políticas direcionadas às suas

necessidades de parentalidade. Além disso, evidencia-se que mais de 80 estudantes indígenas ou quilombolas recebem o APIQ (Auxílio Permanência Indígena e Quilombola), um auxílio não específico para filhos, mas cujo valor é superior ao dos auxílios específicos destinados diretamente a estudantes com filhos.

Parte significativa dos(as) estudantes depende de auxílios financeiros, como auxílio moradia, auxílio manutenção e auxílios parciais. Entretanto, também há registros de estudantes que, mesmo em condições de pobreza, não acessam suporte financeiro no momento. Essa realidade evidencia limites e desafios na cobertura das ações, auxílios e serviços da política de assistência estudantil.

### **3. Considerações finais**

As análises apresentadas neste artigo consolidam o perfil dos estudantes vinculados à Política de Assistência Estudantil da UFMG com filhos como um grupo marcado por profundas desigualdades estruturais do capitalismo contemporâneo, em que a parentalidade se soma a desigualdades de classe, raça e gênero.

Os dados revelam que a permanência acadêmica desses 371 estudantes não é apenas uma questão de dedicação individual, mas depende intrinsecamente da robustez das políticas de assistência estudantil. A convergência de fatores como a baixa renda, o pertencimento étnico-racial, as especificidades das PCDs e a sobrecarga do cuidado familiar exige uma resposta institucional que transcenda o auxílio financeiro, integrando ações<sup>5</sup>, serviços, projetos e flexibilização pedagógica que reconheçam a complexidade das trajetórias desses sujeitos.

A análise das formas de ingresso demonstra que a maioria desses estudantes provém de contextos de pobreza, com uma parcela significativa de estudantes negros e indígenas, oriundos de escola pública e de baixa renda. A permanência desses discentes na universidade encontra-se diretamente vinculada à existência, ampliação e investimento financeiros da política de assistência estudantil articuladas a outras políticas sociais.

---

<sup>5</sup> Cabe destacar, como ação relevante da Diretoria de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais, a implementação de salas de cuidados parentais em algumas unidades acadêmicas da universidade no primeiro semestre de 2026.

Torna-se, portanto, imprescindível que a leitura institucional desses dados supere abordagens moralizantes e responsabilizadoras, reafirmando a defesa de direitos, a justiça social e a ampliação da proteção social pública. Assim, os dados empíricos aqui analisados não apenas delineiam um perfil socioeconômico, mas convocam aos(as) profissionais a uma atuação crítica, comprometida com a democratização do ensino público de qualidade.

#### 4. Referências

AZEVEDO, Renata Germano de; FURTADO, Sofia Pereira; ALMEIDA, Leticia Maria de. **Ela é mãe ou babá? Histórias de vida sobre trabalho, desafios e vínculos.** Trabalho de conclusão de curso (TCC), PUC Minas Gerais. 2023. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/server/api/core/bitstreams/b69d1ae7-cbb4-493c-922a-efea92de19a1/content>. Acesso em 01.05.2026.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em 03.05.2026.

BRASIL **Lei nº 14.914 de 3 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/114914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114914.htm). Acesso em 03.06.2026.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino. **Deficiência e maternidade: direitos reprodutivos das mulheres com deficiência no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 26, n. 2, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2022 mostra um país com menos filhos e menos mães.** *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43837-censo-2022-mostra-um-pais-com-menos-filhos-e-menos-maes>. Acesso em: 9 fev. 2026.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 28 jan. 2026.

HORST, Claudio Henrique Miranda. **O trabalho de assistentes sociais com famílias mediado pelo Projeto Ético-Político.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 146, n. 2, 2023.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. **Demografia dos povos indígenas no Brasil.** Editora Fiocruz, 2005.